

CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

CURRÍCULO, DOCÊNCIA E EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE: ENTRE DISPUTAS, RESISTÊNCIAS E POSSIBILIDADES DE TRANSFORMAÇÃO

Luiz dos Santos Mattos Júnior¹

RESUMO

Este trabalho discute as relações entre currículo, docência e educação para a diversidade, com foco nas questões de gênero e sexualidade no contexto escolar. Partindo dos estudos de gênero e da perspectiva pós-crítica do currículo, entende-se que o ambiente escolar é atravessado por disputas políticas, simbólicas e culturais que impactam a constituição das subjetividades e das práticas pedagógicas. O currículo, longe de ser neutro, atua como dispositivo de poder que define quais saberes são legitimados e quais são silenciados, especialmente aqueles relacionados a identidades dissidentes de gênero e sexualidade (SILVA, 2004; LOURO, 1997). Em tempos de ofensiva (neo)conservadora contra a abordagem dessas temáticas na educação, a atuação docente assume papel central na construção de uma pedagogia crítica, ética e comprometida com os direitos humanos (FREIRE, 1996; BUTLER, 2003). A análise de experiências pedagógicas que rompem com a normatividade e acolhem a diversidade revela a potência de um currículo pautado em princípios interseccionais e decoloniais (WALSH, 2009), capaz de promover o reconhecimento e a valorização das múltiplas identidades presentes na escola. Conclui-se que a transformação curricular e a formação docente crítica são caminhos fundamentais para o enfrentamento das desigualdades e para a consolidação de uma educação democrática e inclusiva.

Palavras-chave: Currículo; Docência; Diversidade; Gênero; Subjetividade.

1 INTRODUÇÃO

Em um contexto marcado por tensões ideológicas e pela ascensão de discursos (neo)conservadores que atuam de maneira incisiva contra o debate sobre gênero e sexualidade na educação, refletir sobre o papel do currículo e da docência torna-se urgente. A escola, enquanto espaço de formação humana, social e política, é atravessada por múltiplas disputas que envolvem a produção de subjetividades, a normatização de condutas e a legitimação de saberes. Este trabalho propõe uma análise crítica das inter-relações entre currículo, docência e diversidade, destacando os desafios e as possibilidades para a construção de uma educação que promova o reconhecimento das diferenças e combata as desigualdades.

2 DESENVOLVIMENTO

¹ Cientista Social e especialista em Coordenação Pedagógica, Gestão Escolar e Ensino de História pela FAFICA. Mestre e Doutorando em Educação Contemporânea pelo PPGDUC da UFPE – CAA. E-mail: mattos.junior@ufpe.br



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

2.1 Referencial Teórico

Compreende-se o currículo, conforme propõe Silva (2004), como uma construção social, histórica, cultural e política, o que implica reconhecê-lo como um espaço de disputas e não como um repositório neutro de conteúdos. Longe de se configurar como simples instrumento técnico ou pedagógico, o currículo é um artefato cultural que organiza os saberes escolares por meio de operações de seleção, exclusão e hierarquização. Ele define não apenas o que deve ser ensinado, mas também o que deve ser ocultado ou silenciado; quem está autorizado a ensinar e quem está legitimado a aprender; e quais corpos, vozes e vivências são reconhecidos ou desautorizados no espaço escolar. Trata-se, portanto, de uma tecnologia de poder que incide diretamente sobre a produção de sujeitos, valores e normatividades.

Nesse sentido, o currículo não é apenas conteúdo, mas também discurso. E como tal, está profundamente implicado na constituição das identidades e subjetividades que circulam e se constroem na escola. Para Louro (1997), o currículo atua como um dos principais dispositivos de regulação das identidades de gênero e sexualidade, sendo atravessado por discursos que reiteram normas hegemônicas, produzem exclusões sistemáticas e instituem verdades sobre os modos legítimos de ser e existir. Essas normas, muitas vezes naturalizadas como “valores universais”, funcionam para manter a cisheteronormatividade como padrão incontestável, invisibilizando outras formas de corporalidade, afetividade e identidade.

Essa compreensão é aprofundada pelos aportes de Judith Butler (2003), ao apontar que o gênero não é uma essência biológica ou uma identidade fixa, mas uma construção discursiva performada continuamente a partir de normas sociais reiteradas. Assim, trazer os debates sobre gênero e sexualidade para o centro das discussões curriculares significa não apenas incorporar novos conteúdos, mas deslocar as bases epistemológicas e normativas que sustentam a escola moderna. É um gesto político que questiona as formas de exclusão, patologização e silenciamento que estruturam o currículo tradicional e que operam na manutenção de desigualdades históricas.

Nesse contexto, a docência assume um papel estratégico, ético e profundamente político. Como já afirmava Freire (1996), ensinar é um ato político, e a prática pedagógica, quando crítica, é capaz de desestabilizar os discursos hegemônicos e abrir espaço para o inédito. O/a professor/a comprometido/a com uma educação transformadora é convocado/a a tensionar



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

os currículos prescritos e normativos, criando frestas por onde outras histórias, saberes e experiências possam emergir e ser legitimadas. A docência, portanto, torna-se um campo de resistência, onde o enfrentamento às desigualdades e o acolhimento da diversidade se tornam práticas cotidianas de luta por justiça social.

Nesse mesmo horizonte, bell hooks (1994) defende uma “pedagogia da transgressão”, que vai além da simples transmissão de conteúdos, propondo uma abordagem educacional centrada no diálogo, na escuta e no reconhecimento das múltiplas formas de existência. Para a autora, ensinar é um ato de liberdade que exige coragem para desafiar estruturas opressoras, romper com silêncios cúmplices e promover uma educação emancipatória. Incorporar a diversidade ao currículo é, assim, uma forma de desobedecer às lógicas normativas que delimitam quem pode existir plenamente na escola — e afirmar, por meio da prática docente, a legitimidade de todas as identidades e subjetividades.

3 METODOLOGIA

Este estudo tem caráter teórico-reflexivo e fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, a partir de revisão bibliográfica em autores/as que dialogam com os campos da educação, dos estudos de gênero e sexualidade e da teoria crítica do currículo. A pesquisa explora os entrecruzamentos entre as dimensões política, epistemológica e subjetiva do currículo, com especial atenção às tensões que se apresentam na prática docente em contextos marcados pela diversidade e pela desigualdade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise evidencia que, apesar dos avanços inscritos nas diretrizes legais — como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) e diversos documentos curriculares que reconhecem a diversidade como princípio orientador —, o cotidiano escolar ainda está profundamente marcado por práticas e discursos excludentes. A recusa em tratar de temas relacionados a gênero e sexualidade no currículo manifesta-se, frequentemente, sob o discurso da chamada “neutralidade pedagógica”. Contudo, essa suposta neutralidade atua, na prática, como um mecanismo de manutenção de normas patriarcais, cisheteronormativas e coloniais.



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

Conforme argumenta Miskolci (2012), a escola opera dentro de uma lógica de “heteronormatividade pedagógica”, que regula os corpos, impõe padrões identitários e silencia experiências dissidentes. Essa normatividade é constantemente reforçada por iniciativas legislativas e discursos públicos que buscam interditar o debate sobre diversidade nas escolas — como exemplificam os projetos de “Escola sem Partido” e a ofensiva moral contra a denominada “ideologia de gênero”. Diante desse cenário, torna-se imperativo compreender o currículo não apenas como campo de reprodução, mas como espaço estratégico de disputa e de potencial emancipação.

Experiências pedagógicas fundamentadas em perspectivas interseccionais e decoloniais têm se mostrado potentes na construção de práticas educativas comprometidas com a justiça social. Como afirma Walsh (2009), decolonizar o currículo significa desestabilizar as estruturas de poder que sustentam a colonialidade do saber e do ser, abrindo espaço para epistemologias outras e para o reconhecimento de identidades historicamente marginalizadas. Assim, pensar um currículo para a diversidade é, essencialmente, construir práticas que rompam com a lógica da normatividade e afirmem a pluralidade dos sujeitos no processo educativo

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O currículo e a docência, longe de serem práticas neutras ou técnicas, são dimensões profundamente políticas da educação. O enfrentamento às desigualdades de gênero e sexualidade no contexto escolar passa, necessariamente, pela transformação curricular e pela formação de professoras e professores conscientes de seu papel na construção de uma escola inclusiva e democrática. Promover uma educação para a diversidade é reconhecer que os sujeitos não são homogêneos e que o respeito às diferenças deve ser um princípio ético e epistemológico.

Reafirmar o compromisso com uma educação crítica, que valorize a pluralidade e combata todas as formas de opressão, é resistir aos retrocessos e afirmar a potência transformadora do ato educativo. Como nos lembra Candau (2012), uma educação comprometida com os direitos humanos não pode ser neutra diante das desigualdades e das violências que marcam a vida de muitos e muitas.



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

APPLE, Michael. *Ideologia e currículo*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANDAU, Vera Maria. *Educação em direitos humanos: desafios da diversidade cultural*. Petrópolis: Vozes, 2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MISKOLCI, Richard. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de hoje*. São Paulo: Annablume, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

WALSH, Catherine. Interculturalidade, descolonização do Estado e do conhecimento. *Revista Amazônica*, v. 1, n. 1, p. 21–48, 2009.

